

PREFEITURAS FALIDAS

Os novos Prefeitos dos 5.507 municípios brasileiros eleitos nos pleitos de 3 de outubro e 15 de novembro e que tomam posse, hoje, primeiro de janeiro, enfrentarão um panorama caótico de dívidas e salários atrasados. Segundo levantamento procedido pelo deputado federal Alexandre Cardoso (PSB-RJ) e já entregue ao Presidente da República, 4.973 Prefeituras das 5.507 existentes não têm recursos em caixa para pagar o décimo terceiro dos servidores, além dos salários de novembro e dezembro. O lixo se acumula em muitas cidades do interior e os telefones foram cortados por falta de pagamento.

O levantamento realizado pelo deputado socialista carioca revela que a maioria das Prefeituras, endividadas, não poderá investir um centavo no ano que agora se inicia. Em muitos anos, é a primeira vez que se verifica uma transição de poder nas Prefeituras sob regime de estabilidade econômica, que apresenta índices baixos de inflação, o que dificulta o uso de artifícios para contornar os tradicionais problemas de caixa.

Antes, os Prefeitos transmitiam o poder a seus sucessores com atraso no décimo terceiro e em dois ou três meses de salários, mas a inflação corroía os seus valores, o que facilitava os pagamentos dos compromissos. Com o Real, não há inflação e a atualização dos compromissos atrasados se mostra muito mais difícil.

Os assessores do deputado carioca valeram-se de dados coletados em diferentes sistemas para realizar o levantamento: da SLAFI (União), SLAFEM (Estados e Municípios), SIDOR (Orçamento) e SISBACEN (Banco Central), além das Secretarias de Fazenda dos estados, associações de municípios e secretarias de finanças municipais. A pesquisa revela que, pelo menos 42 das 81 Prefeituras do Estado do Rio de Janeiro, não pagarão o décimo terceiro salário. No Pará, 70% dos municípios não pagaram o décimo terceiro, na Paraíba, 60%, em Pernambuco, mais de 60%, e em São Paulo mais de 30% dos municípios. Muitos dos municípios recentemente criados não têm condições de sobrevivência.

A campanha eleitoral de outubro

e em novembro, nos casos de eleição em dois turnos, se encarregou de ampliar as dificuldades financeiras, na medida em que seus Prefeitos se empenharam em gastar os recursos das Prefeituras para eleger os sucessores. Além da má aplicação dos recursos, existe um processo de empobrecimento e de má distribuição de renda no interior. A reforma tributária promovida pela Constituição de 88 aumentou a receita nas capitais e em grandes municípios do interior, mas os pequenos, que são a grande maioria, continuaram com recursos insuficientes para sequer manter os seus serviços básicos.

Os impostos reservados para os municípios são urbanos. O Imposto Territorial Urbano (IPTU) e o Imposto Sobre Serviços (ISS) se transformaram em boas fontes de renda nas capitais e grandes cidades do interior, que têm muitos prédios e intensa atividade econômica. Nas cidades pequenas, onde existem poucos imóveis e escassa atividade econômica, a receita tributária proveniente do IPTU e ISS é muito baixa. Para mostrar esse quadro de penúria, basta dizer que as

Devida Pública
Prefeituras do Rio de Janeiro e de São Paulo arrecadam 42% de todas as receitas dos 5.507 municípios brasileiros. As 27 Prefeituras das capitais e mais o Distrito Federal ficam com 65% de tudo quanto é arrecadado pelo total dos municípios existentes.

Entre esses milhares de municípios, só 460 cidades têm mais de 50 mil habitantes, incluindo as capitais, e concentram 85% do total das receitas municipais, sobrando 15% para dividir entre as 4.513 restantes. A cobrança eficiente do Imposto Territorial Rural poderia ser um dos caminhos para superar a situação de indigência em que vive a maioria dos municípios. Atualmente, o ITR produz uma receita ridícula para os cofres da União, pouco mais de R\$ 100 milhões anuais. A União é obrigada a repassar 50% desse total, o que o torna insignificante, quando distribuído entre os 5.507 municípios.

O Fundo de Participação dos Municípios, constituído por 22% do total arrecadado dos Impostos de renda e de Produtos Industrializados (IPI), é a grande fonte de receita de

75% dos municípios brasileiros. No ano passado, esse Fundo mobilizou R\$ 8 bilhões, que foram distribuídos segundo um critério que pretende atender à justiça social: os menores e mais pobres municípios recebem, proporcionalmente, repasses maiores, mas as capitais terminam recebendo a parte do leão. Dez por cento do FPM são destinados às capitais e 4% constituem uma reserva que é repartida entre os municípios com mais de 50 mil habitantes, o que totalizou R\$ 1,5 bilhão, rateados entre as maiores cidades, em 1995.

Os menores municípios, que são a esmagadora maioria, ficaram 86% do bolo do FPM, ou seja, R\$ 6,9 bilhões. Isso daria, em média, R\$ 1,5 milhão para cada Prefeitura, que é muito pouco para tocar a mais modesta administração municipal. A verdadeira farra na criação de municípios se encarrega de aumentar as dificuldades financeiras, pois a maioria dos emancipados não têm condições de sobrevivência. Nos últimos nove anos foram criados 1.339 municípios, sendo que, só em Minas Gerais, mais de duzentos.